



# **Abuso sexual de crianças e adolescentes: em busca de um serviço eclesial no Brasil**

*Sexual abuse of children and adolescents: in search of an Ecclesial Service in Brazil*

MÁRIO ANTONIO SANCHES<sup>a</sup> 

KATHLEEN VIEIRA<sup>b</sup> 

ELIANE FREIRE RODRIGUES DE SOUZA DE CARLI<sup>c</sup>

## **Resumo**

A Igreja no momento busca uma nova postura frente aos abusos sexuais contra criança e adolescentes, a partir de posicionamentos atuais do magistério. Este artigo busca fazer uma análise de posturas eclesiais distintas que podem apresentar respostas diferentes ao enfrentamento do abuso sexual na comunidade eclesial. Trata-se de um artigo de reflexão e revisão de literatura, propondo ações pastorais. A análise conduz à compreensão de que uma Igreja a serviço se abre para uma ação conjunta com a sociedade e se soma ao esforço de todos na superação de situações de sofrimento humano e ameaças à vida como um todo. Esta Igreja está aberta a acolher as denúncias de violência sexual praticada por membros da comunidade eclesial, situando a pessoa vitimada como a verdadeira Igreja que precisa ser protegida. Conclui-se que é necessário a implementação de um Serviço Eclesial de Proteção contra Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes na Igreja no Brasil, que não tenha como foco apenas os abusos praticados por lideranças eclesiais, mas que busque sanar todo o tecido eclesial. Um serviço que se articula com a já existente

---

<sup>a</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: m.sanches@pucpr.br

<sup>b</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Mestranda em Teologia, e-mail: kathleenvieira21@gmail.com

<sup>c</sup> Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Guarapuava, PR, Brasil. Mestranda em Desenvolvimento Comunitário, e-mail: elianefdecarli@gmail.com

rede proteção a crianças e adolescentes e que cumpra sua função canônica, quando for o caso.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Crianças e Adolescentes. Serviço Eclesial.

## *Abstract*

*The Church, at the moment, seeks a new stance in the face of sexual abuse against children and adolescents, based on current positions of the magisterium. This article seeks to make an analysis of distinct ecclesial postures that may present different responses to coping with sexual abuse in the ecclesial community. It is an article of reflection and literature review, proposing pastoral actions. The analysis leads to the understanding that a Church at service is open to joint action with society and adds to everyone's efforts to overcome situations of human suffering and threats to life as a whole. This Church is open to welcoming allegations of sexual violence by members of the ecclesial community, situating the victimized person as the true Church that needs to be protected. It is concluded that it is necessary to create an Ecclesial Service for the Protection against Sexual Abuse of Children and Adolescents in the Church in Brazil, which does not focus only on the abuses committed by ecclesial leaders, but that seeks to cure the entire ecclesial tissue. A service that articulates with the existing network protection of children and adolescents and that fulfills its canonical function, when applicable.*

**Keywords:** Sexual abuse. Children and Adolescents. Ecclesial Service.

## **Introdução**

Os recorrentes escândalos envolvendo lideranças da Igreja com abuso sexual de crianças e adolescentes é um assunto difícil de ser abordado, mas urgente e indispensável. Com a Carta Apostólica, sob forma de motu próprio intitulada “Vós sois a luz do mundo” (Vos Estis Lux Mundi: VELM) de 2019, o Papa Francisco afirma que “os crimes de abuso sexual ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e lesam a comunidade dos fiéis” (VELM). Ciente de tal gravidade, o documento cria normas para enfrentar tais crimes. No Brasil este assunto vem sendo abordado, mas não há ainda uma visão clara da situação, nem um relatório completo dos casos envolvendo lideranças eclesiais neste tipo de delito.

A dificuldade de abordar o tema nasce da consciência da complexidade do assunto, que está presente em muitos que estudam o tema, apontando que esta discussão é frequentemente cheia de ideias falhas e equivocadas (PRUSAK, 2020, p. 574) e alguns destes equívocos serão explicitados abaixo. Há o risco de se simplificar a questão com notícias que enfatizam a ocorrência de abusos unicamente na liderança da Igreja Católica, envolvendo diáconos, padres e bispos. Deste modo, levando em conta a proporção de clérigos acusados e o número total do clero que nunca cometeu abusos contra crianças, o Clero Católico não pode ser tratado como um grupo social de alto risco (PRUSAK, 2020, p. 577).

Afirmar que não há mais abusos envolvendo o clero católico do que a população em geral é importante, contudo, não se insiste neste ponto para justificar, ou desvalorizar a ocorrência de abusos entre os líderes da Igreja. Ocorre que enquanto analisa-se a questão com este foco, deixa-se de lado a preocupação de proteger as crianças e adolescentes que podem estar expostas a riscos de serem abusados em muitos outros contatos deles com outras pessoas adultas. Neste assunto nem adianta o clássico chamado “filhos obedeçam aos seus pais”, visto que a maior incidência de abuso ocorre no seio familiar. Há estudos que classificam o abuso sexual de criança como uma emergência de saúde silenciosa (WAHID SATAR, 2021, p. 14), colocando a violência como uma das principais causas de morte de crianças e adolescentes no Brasil, a partir dos cinco anos de idade (HONORATO, 2018, p. 268). Nota-se o agravamento e aumento da situação no contexto da pandemia, visto que em 2020 foram registrados, pelo menos, 46.289 estupros de vítimas entre 0 e 19 anos. Destes, 5.140 tinha entre 0 e 4 anos (REINACH, 2021, p. 237).

Deve-se incentivar os estudos sobre abusos sexuais na sociedade como um todo, no entanto, este artigo tem como foco a ocorrência destes crimes no ambiente eclesial e como fazer seu enfrentamento. Este trabalho se situa como parte do esforço de compreender o que possibilita o abuso sexual de crianças e adolescentes no interior da Igreja Católica (DRESSING, 2017). Há de fato uma perplexidade diante da questão, pois o ambiente religioso não é espaço onde se espera práticas de agressões e violências. Certamente a pergunta: “o que possibilita os fatos, amplamente relatados, de abuso sexual de crianças e adolescentes na Igreja?” não pode ser respondida de maneira

simples, mas certamente impulsiona estudos que ajudam a formar, cada vez mais, uma resposta abrangente. Esperamos que novas pesquisas possam evidenciar melhor esta questão no contexto de Brasil.

Este artigo aborda a questão com preocupação ética, mas é impelido a fazer isto a partir de um repensar eclesiológico. Não se pretende esgotar o assunto, mas é necessário expressar visões de mundo para aprofundar o debate. Cada um dos casos de abuso de crianças e adolescentes, praticado por membros da comunidade eclesial, que vem à luz é uma ameaça à Igreja, de modo que cada caso precisa ser bem abordado, caso contrário a vítima fica exposta à sofrimentos incalculáveis e a missão da Igreja de ser luz para toda a sociedade vai se ofuscando.

## **Como a igreja se compreende?**

Este artigo tem como hipótese que determinadas visões de Igreja implicam em enfrentamentos distintos aos abusos identificados. Como cada membro da Igreja a define e como compreende seu papel na sociedade? A história da própria Igreja vai registrando ao longo dos séculos grupos de cristãos que se apartam dos outros e entre os motivos recorrentes está a sua visão eclesial. Em cada grupo de cristãos na atualidade também há tensões e possíveis novas divisões e isto ocorre na medida em que não se tem uma visão compreensiva e comum de sua própria identidade e missão.

### *A Igreja como instituição em si mesma*

É ponto basilar — praticamente consenso entre cristãos — que o batismo é o momento que marca a inserção dos novos membros na Igreja. No entanto, este ponto primordial precisa ser bem compreendido, pois em algumas comunidades cristãs há uma visão teológica e prática pastoral distorcidas que apresentam que o “batismo nos torna filhos de Deus”. Se se aceita esta premissa inicial — compreendida ao pé da letra — toda eclesiologia que se constrói a partir daí é um castelo de carta instável, erigido à arrogância humana, fadado a ruir toda vez que uma pequena crítica se apresenta: “não seriam os batizados também filhos de Deus?”.

Esta visão constrói uma identidade eclesial como uma comunidade de eleitos, composta de pessoas especiais, muitas vezes compreendidas como superiores. A lista de adjetivos que os membros da Igreja, nesta visão, atribuem a si mesmos é enorme e parecem que nem percebem que estão apenas elencando um rol infindável de autoelogios. Divulga-se que o chamado à santidade se destina a poucos, aos que são capazes, por uma ascese individual, se separar dos outros, alcançar uma áurea imaculada. Tal estado de santidade será ameaçado pela convivência com pecadores ou os de fora do grupo. Não raramente, quando alguém se apresenta como “santo”, se coloca como modelo e medida que enquadra a todos que não o admira. Corre-se o risco de se distribuir julgamentos e condenações e, em casos extremos, até perseguir os que não “atingiram” as qualidades tidas como necessárias para caminhar em suas próprias fileiras.

Esta visão de Igreja — pequena e medíocre — trava uma batalha homérica entre os próprios batizados, cada grupo definindo a si mesmo como a verdadeira Igreja, briga-se buscando posse exclusiva e privativa do batismo. Assim, além da lista de adjetivos de autoelogios, constrói-se a lista de adjetivos destinada a classificar o outro, este que não pertence ao próprio grupo eclesial: ímpios, infiéis, hereges, pecadores, depravados, etc... E a lista de julgamentos pode crescer à medida que cresce o ódio ao grupo que se pretende excluir e condenar.

Nesta visão sectária de Igreja, a liderança eclesial, a hierarquia, os ministros são autoridades intocáveis, acalentando assim uma visão distorcida, ignorando as próprias normas eclesiais. Tal comunidade passa a ser vista como um grupo de perfeitos e as autoridades eclesiais se veem como os mais perfeitos entre os perfeitos. É comum uma teologia requintada — elaborada a gosto e medida destas próprias autoridades — que propõe e fundamenta uma infindável lista de conceitos e títulos voltados para a autorreferência. Assim definem a si mesmos como: a própria pessoa de Cristo (no sentido que não pode ser questionado). Assim, a liderança eclesial vai se revestindo de uma áurea de superioridade e se constituindo como uma casta especial dentro da comunidade.

Deste modo, com estes processos construídos e consolidados, a liderança eclesial governa a comunidade por meio de comando e controle, às

vezes por meio de chantagens, disseminando o medo, prometendo privilégios especiais aos seus seguidores. Isto tudo se torna mecanismo de controle para identificar quem concorda com a liderança em questão ou não.

No final, a prática, a postura, as declarações e as teologias que surgem desta visão eclesial não se sustentam frente à análise ética básica: a busca do bem comum, do bem de todos os humanos e do respeito à vida no planeta. Quando se insinua que os não batizados não são filhos de Deus, tem-se claramente o que isto significa? Como isto impacta na comunidade global? Não estaria a própria divindade sendo usada para justificar a condenação da grande maioria da população da terra? Dentro na comunidade de batizados, não estar-se-ia diminuindo o Cristo com a pretensão de reduzir a sua missão a ser fundador de um grupo excludente?

Em uma Igreja — vista como Instituição que se justifica por si mesma — as denúncias de que algum membro ou liderança pratica o abuso de crianças ou adolescentes precisa ser abafada, suprimida, negada sistematicamente: como podem os santos pecarem? Apresenta, muitas vezes sem análise, que a denúncia deve ser invenção ou propaganda maligna. Diante dos fatos de abuso de crianças e adolescentes, assume-se, assim, a postura de que a Igreja está sendo combatida e, frente a estas e outras injúrias, a Igreja precisa ser defendida, preservada. As lideranças silenciam-se, como se o escândalo fosse a divulgação do fato — e não o fato em si. As vítimas são facilmente deslocadas e denunciadas como pertencentes ao grupo que quer destruir a Igreja. Não raramente busca-se o enquadramento das vítimas como se fossem representantes ativos do mal que atentam contra a Igreja.

Neste contexto a vítima cala, pois o ambiente criado tem consequências claras, visto que se a vítima falar ela sofrerá múltiplas vezes — muito além da destruição já causada pelo abuso em si: será exposta, caluniada, envergonhada publicamente, chantageada, apresentada como maligna e, em alguns casos, condenada a cumprir penalidades, ao invés de ver sua dor mitigada pelo exercício da justiça.

## Uma Igreja como Instituição a Serviço

Assim sendo, é urgente que uma outra visão de Igreja prevaleça nos dias atuais. Nota-se que este artigo não tem a pretensão de propor outra visão de Igreja, mas afirmar que, em um passeio rápido pela história do cristianismo, outra visão de Igreja foi sendo repetidamente apresentada, com maior ou menor sucesso. Uma leitura sintética da história poderia dizer que uma outra visão de Igreja foi reafirmada, reapresentada, repetidas vezes. No âmbito católico isto foi feito pelos grandes “Franciscos”, entre outros inspiradores. E assim o papa atual propõem uma “Igreja em saída” (EG, 46).

Nesta visão, o batismo — também fundamental — insere a pessoa no mistério e missão do próprio Filho de Deus, uma unção que torna a pessoa membro da Igreja de Cristo, chamada a se inserir na contínua e necessária missão de tirar o pecado do mundo. O pecado é visto como a causa de todo sofrimento, dor, injustiça, discriminação, exclusão e todo o mal. Do ponto de vista ético, esta mensagem é clara e poderosa: todo ser humano é filho de Deus, chamado, em Cristo a construir fraternidade universal, harmonia com a natureza e crescer na capacidade de cuidar de tudo e de todos e cada batizado assume explicitamente isto como projeto de vida.

Assim, a Igreja tem uma mensagem e missão para toda a sociedade (GS,2). Muitas metáforas desta Igreja foram propostas, como a “Igreja de avental” (BELLO, 2018), aquela que está a serviço. Poder-se-ia propor uma metáfora mais radical: a “Igreja gari”. Os garis — aqueles profissionais que recolhem o lixo nas ruas de nossas cidades — têm consciência plena de que não são melhores, nem superiores aos outros. Mas sabem que sua tarefa e missão é recolher o lixo da cidade e se eles não cumprirem adequadamente seu papel, a vida em sociedade fica insuportável. É isto mesmo. Um cristão batizado, sabe-se que não é melhor do que as outras pessoas, mas tem a consciência ética de seu chamado e missão: atuar em todas as frentes, de todos os modos, com toda a força possível, para aliviar a dor e o sofrimento de todos os humanos e todos os seres vivos do planeta.

Nesta visão, a santidade almejada passa também por uma ascese individual, mas uma ascese que busca se capacitar para o serviço. O santo não é o segregado, mas o inserido; não é o superior, mas o servo; não é o que busca

pureza individual, mas o que não teme ser marcado pelas chagas das causas individuais e coletivas. A meta buscada não é o bem pessoal apenas, mas a superação de toda exclusão. Santificar-se não é desfilar posições e cargos como fim em si mesmo, mas usar a sua condição e ministério como um profeta que tem consciência de que a lógica que provoca dor no mundo também atinge os que buscam mitigá-la.

Nesta visão de Igreja, a liderança eclesial, a hierarquia, os ministros também são autoridades. Mas a comunidade é um grupo de servos e as autoridades eclesiais se veem como servos dos servos. Não se despreza a necessidade de lideranças e sabe-se que a Igreja não chegaria aos nossos dias — e, portanto, falharia na sua missão — se não fosse devidamente organizada e estruturada. A teologia construída é outra: a Igreja é o povo de Deus (LG, Cap. II) e “a sua lei é o novo mandamento, o de amar assim como o próprio Cristo nos amou” (LG, 9). Assim, as fronteiras da Igreja não são nítidas, pois não é formada apenas por aqueles que se submetem ao esquema do “comando e controle”, mas por aqueles que buscam aliviar a dor do mundo.

Deste modo, a liderança compreende-se também como parte deste “povo”, uma parte importante que deve manter acessa e com lucidez a consciência da dignidade de estar a serviço e de comungar com a missão do próprio Filho de Deus. Sabe-se líder de uma comunidade chamada a ser sinal de Cristo na sociedade, que representa Cristo, farol brilhante que congrega todas as forças que buscam o bem comum. Os líderes da Igreja podem ser vistos como pastores, se for no sentido que serão os primeiros a se expor aos riscos que o exercício do múnus profético requer. Assim, a liderança eclesial não se aparta da comunidade, reconhece que é tão frágil quanto as outras pessoas e tem consciência que seu papel e ministério será exercido na comunhão com a comunidade.

No final, a prática, a postura, as declarações e as teologias que surgem desta visão eclesial podem se tornar uma boa nova para todos, pois esta Igreja busca a promoção dos mais fracos, sente-se parceira de todas as pessoas, organizações e perspectivas que atuam na superação do sofrimento, na busca do bem comum, do bem de todos os humanos e do respeito à vida no planeta. Esta Igreja sabe-se inserida na “Igreja de Cristo”, que o chamado à santidade é universal, que todos os povos são preciosos para Deus, que a diversidade



cultural é uma riqueza, que a multiplicidade de denominações cristãs é mais limitação humana do que desejo divino, que a diversidade religiosa do planeta é sinal inequívoco de que o sonho de transcendência pulsa em cada ser humano.

## **Caracterizando o abuso sexual contra crianças e adolescentes**

Estudos no campo da ética, mais especificamente em Bioética, apontam a interdisciplinaridade como imperiosa, com a compreensão de que os fatos e fenômenos estudados possam ser mais bem vislumbrados se abordados a partir de perspectivas diversas. No âmbito da teologia esta visão vem sendo incentivada, como na Carta Apostólica *Veritatis Gaudium* (2017) do Papa Francisco. O papa mesmo se pergunta “[...] quais devem ser os critérios de fundo em ordem a uma renovação e um relançamento da contribuição dos estudos eclesiais para uma Igreja em saída missionária?” (VG, 4). E os critérios apontados são: a contemplação do mistério Pascal, o diálogo, a interdisciplinaridade e o trabalho em rede.

Áreas de conhecimento voltadas para o estudo da sexualidade nos impõem algumas definições e distinções. Nota-se a distinção entre parafilias e desordem parafílicas. Parafilia é reconhecida por sua base na libido e um interesse sexual incomum, no entanto, pode não causar dano a si mesmo ou aos outros. A dificuldade é quando a parafilia é desordenada e causa sofrimento ou prejuízo funcional a si mesmo ou a outros. Ou seja, uma desordem parafílica envolve sofrimento (PRUSAK, 2020). Independente do modo como a moral católica compreende as parafilias, é fundamental destacar que uma atenção especial é necessária quando determinada parafilia causa sofrimentos a si mesmo e ou a terceiros.

Registra-se uma ampla gama de parafilias relacionadas com “interesse sexual primário ou exclusivo” (PRUSAK, 2020, p. 574), a saber: Nepiofilia — por bebês e crianças muito novas de até três anos de idade; Pedofilia — por crianças antes da puberdade; Hebephilia — por crianças que alcançaram a puberdade (entre 11 e 14 anos); Efebofilia — por interesse sexual primário ou exclusivo em adolescentes (usualmente entre 15 e 19 anos). Sobre estes

termos pode existir diferentes compreensões, (PRUSAK, 2020) mas importa indicar, que este artigo usa a terminologia pedohebelifia, entendendo por interesse sexual primário ou exclusivo por pessoas abaixo de 14 anos.

Violência contra criança é definida como toda forma de violência contra criança com menos de 18 anos, incluindo maus-tratos, abuso físico, emocional ou sexual e negligência de seus cuidadores (WAHID SATAR, 2021, p. 14). A UNICEF estima que 15 milhões de adolescentes com idade entre 15 e 19 anos sofreram abuso sexual ao longo de suas vidas (WAHID SATAR, 2021, p. 14). Deste modo, há diferentes tipos de violência, incluindo a violência sexual que “se refere ao ato ou ao jogo sexual que ocorre na relação hetero ou homossexual e visa estimular a criança ou adolescente vitimizado ou utilizá-lo para obter excitação sexual e práticas eróticas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças” (HONORATO, 2018, p. 268).

Estudos apontam que, de 2011 a 2019 no Brasil, os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes podem chegar à “impressionante cifra de mais de 2 milhões de casos neste período em nosso país” (CUNHA, 2021). Quanto ao ambiente onde a violência ocorre, pode-se distinguir em intrafamiliar e extrafamiliar e estudos demonstram que as vítimas de abuso sexual intrafamiliar são mais jovens do que as vítimas extrafamiliares (WAHID SATAR, 2021, p. 1). Destaca-se assim as relações de proximidade entre agressor e vítima, de modo que 85,2% dos casos de estupro e estupro de vulnerável o autor é conhecido da vítima (BOHNENBERGER; BUENO, 2021, p. 113 e 114).

Mapear o perfil do abusador é uma tarefa difícil, mas que pode ser ajudada com abertura ao diálogo e interdisciplinaridade. Diretrizes que surgem em diferentes contextos eclesiais, já apresentam a consciência desta dificuldade:

É difícil identificar um possível abusador. Não existe uma sólida e científica teoria, nem instrumentos seguros que permitam identificar potenciais abusadores. O que há é o que a psicologia procura explicitar com a expressão: tempestade perfeita! Ou seja, uma junção de fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais, institucionais, ambientais do abusador e da vítima” (SPENGLER, et al. 2021, p. 18).

Nota-se a multiplicidade de fatores envolvidos e uma variedade de perfis, de modo que entre os abusadores sexuais de crianças e adolescentes

há indivíduos de vários tipos de personalidade, diferentes níveis de ação e diferentes habilidades em controlar sua própria sexualidade.

Uma das ideias equivocadas, amplamente presente quando se aborda a temática do abuso sexual de crianças, é o alinhamento automático entre abusos e pedofilia. A relação entre pedohebefilia e abusos sexuais precisa ser bem criteriosa, pois, como foi visto acima, a existência de uma parafilia não implica que necessariamente em ações a ela relacionada. Baseado nas evidências disponíveis pode-se dizer que a pedohebefilia envolve de 3 a 5% dos homens, e aparece menos em mulheres (PRUSAK, 2020, p. 575). Deste modo, destaca-se a necessidade de perceber que o “abusador” sexual não é necessariamente um pedófilo, e que um pedófilo — identificado por profissionais competentes — na sua maioria não são abusadores. De acordo com a *British National Crime Agency*, dois terços das pessoas que sentem interesse sexual por crianças e adolescentes nunca coloca esta tendência em ação e podem ser chamados de pedófilos não abusadores. Deste modo, afirma-se que a pedofilia não se confirma como a principal razão de ofensa sexuais contra crianças pelo clero católico (PRUSAK, 2020, p. 576).

A maioria das vítimas de abuso sexual na infância não se torna, por si, um predador sexual e a maioria dos abusadores de criança não foram abusados na infância. Todavia, deve-se reconhecer que negligências e abusos sexuais ou físicos na infância é um fator de risco para comportamentos agressores na idade adulta (PRUSAK, 2020, p. 578). Muitas vezes estes abusos sofridos na infância são ocultados.

Estudos mostram que identidade homossexual não é um fator de risco para abuso sexual de crianças, no entanto orientação sexual “confusa” é um fator. Sobre esta questão é necessário destacar pesquisas que apontam que a maioria dos abusadores sexuais de criança não são homossexuais e a maioria dos homossexuais não molestam crianças (PRUSAK, 2020, p. 585).

## **Sanar o abuso sexual em uma igreja a serviço**

Compreende-se que o atual momento que a Igreja vivencia como posicionamento sobre as questões relacionadas ao abuso sexual contra crianças e adolescentes requer também atenção ao modo de instituir medidas

e procedimentos eclesiais que visem um amplo debate sobre o assunto nas comunidades e a proteção adequada das vítimas. A dificuldade surge porque, a rigor, a Carta *Vos Estis Lux Mundi* não está direcionada a todos os membros da Igreja, mas está voltada para as lideranças, pois assim consta: “Estas normas aplicam-se em caso de assinalações relativas a clérigos ou a membros de Institutos de Vida Consagrada ou de Sociedades de Vida Apostólica” (FRANCISCO, VELM, Art.1, 2019). Ao buscar implementações de serviços de proteção às vítimas de abuso sexual nas dioceses, congregações e institutos, faz-se necessário uma reflexão honesta: estes serviços estão destinados a sanar os abusos sexuais no âmbito da liderança eclesial ou em todo Povo de Deus?

Esta Carta Apostólica visa, sem dúvida, a implementação de procedimentos e medidas que cumprirão uma função canônica e por isso se aplica mais claramente às lideranças da Igreja. Mas no contexto de Igreja no Brasil, pergunta-se inquietantemente se é possível um tal serviço. Como estabelecer nas comunidades eclesiais um serviço que visa acolher exclusivamente as vítimas de abuso sexual praticado pela liderança da Igreja? É prudente divulgar que tal serviço exista nas dioceses? Tal serviço não estaria deslocando os holofotes todos para uma pequena parte deste grande problema que é o abuso sexual que ocorre na Igreja, entendida, como deve ser: como a totalidade do povo de Deus?

Restringir este serviço a acolher apenas as vítimas de crimes praticados pela liderança eclesial — buscando atender exclusivamente as exigências canônicas, à espera que alguma “denúncia” ou “assinalação” ocorra — será perder a oportunidade de se instalar uma dinâmica que tem o potencial de marcar toda a Igreja com uma mensagem clara e forte: na Igreja Católica e na sociedade como um todo, o abuso sexual de crianças e adolescentes não pode mais ser tolerado, acobertado, silenciado. A Igreja dos nossos dias não pode se comportar como estivesse preocupada consigo mesma, como instituição fechada e reificada. Por isso o assunto exige uma reflexão urgente, para que a oportunidade não seja desperdiçada.

Precisamos reconhecer que abusos sexuais contra crianças e adolescentes são praticados na grande comunidade eclesial e isto de fato é uma mancha no Povo de Deus. Estes crimes presentes em famílias católicas,

acobertado por um machismo cultural, justificado por relações de poder que está nas mãos dos provedores das famílias, produziu uma comunidade eclesial acanhada e medrosa frente ao assunto. É deste povo de Deus que nascem e são cultivadas as vocações e os crimes praticados pela liderança da Igreja é reflexo desta mesma cultura e a realimenta. Não é possível sanar a Igreja sem saná-la por completo.

Urge entender que abordar este problema na Igreja é uma tarefa que precisa ser assumida por todos os seus seguimentos, instituições e pastorais. Deste modo sugere-se a criação de um “serviço eclesial de proteção às vítimas de abuso sexual contra crianças e adolescentes” (SEPVAS) tendo como missão sanar todo o tecido eclesial. Tal serviço precisa se abrir e se articular com toda a rede de proteção da criança e adolescente que já existe na sociedade brasileira. Ao sanar a Igreja o SEPVAS ajuda e é ajudado por aqueles que visam sanar todo o tecido social, pois nota-se em cada comunidade eclesial pessoas já envolvidas com esta rede de proteção mais ampla.

Se toda a comunidade eclesial — incluindo nossas famílias — se tornar um local de vigilância, visando a proteção de crianças e adolescentes, certamente o objetivo específico da Carta Apostólica *Vos Estis Lux Mundi* também será alcançado. Quando a mensagem ficar clara, sendo rotineiramente repetida — que o abuso sexual é inaceitável — o SEPVAS terá ramificações nas paróquias e as denúncias virão à tona, independente do predador ser um membro da família, um profissional, um agente de pastoral, religioso, religiosa ou membro do clero. Tal serviço poderá ser amplamente divulgado na comunidade, e poderá contar com o incentivo, apoio e empenho de todas as instituições eclesiais.

Nesta Igreja — Instituição a serviço — as denúncias de que algum membro ou liderança pratica abuso de crianças e adolescentes precisam ser prontamente acolhidas com a preocupação fundamental de que a dor da vítima seja mitigada; a vítima é a face da Igreja que sofre, como a parte da Igreja mais vulnerável, e ela que precisa ser cuidada, defendida e protegida. A vítima é colocada no centro, e a sua perspectiva é que deve imperar em todo o processo; é a sua vontade que deve prevalecer; é a sua revolta e angústia que deve pautar as etapas do processo. De fato, o abuso sexual de crianças afeta dramaticamente as vítimas e a sociedade, não pode ignorado, e programas de

prevenção e intervenção devem ser implementados (WAHID SATAR, 2021, p. 14).

É a partir desta opção clara — pela proteção da vítima — que o agressor, ou possível agressor será também cuidado. É um direito da vítima que procedimentos jurídicos sejam instaurados com toda seriedade e transparência, mas há de se cuidar para que o agressor não seja moralmente julgado, vilipendiado, sumariamente condenado. Há que se cuidar para que o julgamento jurídico, que é necessário, não se transforme em julgamento moral, que é inaceitável. O agressor, não raramente, é parte de um sistema e uma comunidade doente, que precisa também ser cuidada, sanada, corrigida. O agressor é também Igreja: se ele agride, a comunidade também está envolvida; se ele nega os fatos, a comunidade corre o risco de ser cúmplice junto; se ele busca a cura, a comunidade precisa ser sua primeira terapeuta; se o agressor é uma liderança, a comunidade precisa repensar sua posição. Por fim, a comunidade não pode descartar seus membros em nenhum momento, muito menos nos momentos de maior dificuldade.

O SEPVAS deverá prestar atenção especial aos abusadores, porque a sua estigmatização, não apenas os expõem a uma cruel discriminação, como também não ajuda no combate à violência sexual contra as crianças. Uma condenação desumana pode levar outros abusadores a desistir de pedir ajuda. Temos que lembrar de cuidar do tratamento dos abusadores, principalmente daqueles que perderam o status que usufruíam na sociedade e na Igreja por causa disto e ficam desamparados socialmente (PRUSAK, 2020, p. 586).

## **Considerações finais**

Uma Igreja que se compreende inserida no mistério e missão de Cristo quer carregar a dor do mundo, não pode se tornar ela mesma aquela que acrescenta dor na dor, sofrimento ao sofrimento. Esta Igreja, que se sabe limitada, tem consciência que pode falhar na missão. Como o gari que, ao invés de recolher o lixo, pode espalhá-lo na rua, deixando a situação pior, também esta Igreja sabe que, como instituição pode fracassar, pode precisar de correção, pode precisar pedir perdão.

Frente aos abusos de criança e adolescentes, a Igreja precisa ser protegida. Primeiramente a pessoa vitimada é a “Igreja” que precisa de proteção. A Igreja, como comunidade com a missão de proteger os fracos, precisa também ser protegida, pois se o abuso for acobertado e aceito, a Igreja perde sua identidade e razão de ser. A Igreja precisa ser protegida dos abusadores internos, daqueles que pretendem usar seus mecanismos institucionais para garantir posições de poder que usurpou da comunidade.

No contexto da Igreja do Brasil é imperativo a criação dos SEPVAS, o qual terá como missão geral criar ambiente saudável para crianças, adolescentes e vulneráveis em toda a comunidade eclesial e promover percursos formativos sobre a doutrina da proteção integral às pessoas mais vulneráveis. Cumprirá, nos encaminhamentos práticos, duas dinâmicas distintas: a) se articulará com a rede de proteção a crianças e adolescentes existente na sociedade brasileira para prevenção e denúncias de abusos sexuais e b) atua em sintonia com os ordinários locais quando as assinalações apontarem que os abusadores são clérigos, membros de Institutos de Vida Consagrada ou de Sociedades de Vida Apostólica. Deste modo os propósitos do VELM serão mais amplamente alcançados e o SEPVAS cumprirá uma função canônica e, ao mesmo tempo, se tornará uma força renovada para a sociedade brasileira que vem buscando superar e curar a ferida do abuso sexual contra crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis.

## Referências

BELLO, D. T. A cruz e o acordeão, a estola e o avental. *Revista ihu on-line*, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/578148-pe-tonino-bello-a-cruz-e-o-acordeao-a-estola-e-o-avental>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BOHNENBERGER, M.; BUENO, S. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, ano 15, 2021. p. 113 e 114.

CUNHA, M. L. C. (org.). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional*. Brasília: Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA/MMFDH, 2021.

DRESSING, H. et al. Sexual abuse of minors within the Catholic Church and other institutions - A literature review. *Neuropsychiatr*, p.45–55, 2017.

FRANCISCO. *Carta Apostólica Evangelii Gaudium (EG)*. 2013. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html). Acesso em: 29 de mar de 2022.

FRANCISCO. *Carta Apostólica Veritatis Gaudium (VG): sobre as universidades e as faculdades eclesíásticas*. 2017. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_constitutions/documents/papa-francesco\\_costituzione-ap\\_20171208\\_veritatis-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20171208_veritatis-gaudium.html). Acesso em: 30 de mar de 2022.

FRANCISCO. *Carta Apostólica sob forma de motu próprio Vos Estis Lux Mundi (VELM)* 2019. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu\\_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190507\\_vos-estis-lux-mundi.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190507_vos-estis-lux-mundi.html). Acesso em: 30 mar. 2022.

HONORATO, L. G. F. et al. Violência na Infância e Adolescência: Perfil notificado na mesorregião do Baixo Amazonas. *Arq. bras. psicol.*, v. 70, n. 2, p. 266-284, 2018.

PRUSAK, J. Paraphilias among Roman Catholic priests: what we know, and do not know, about sexual clergy-abusers of minors. *Psychiatr. Pol.*, v. 54, n. 3, p. 571–590, 2020.

REINACH, S. Violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas. Estupro e estupro de vulnerável de crianças e adolescentes. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, ano 15, p. 230-255, 2021.

SPENGLER, J.; COLARES, F. S. TERNES, M. D. M.; SOUZA, D. G. (org.) *Comissão Arquidiocesana Especial de Promoção e Tutela de Crianças, Adolescentes e Pessoas Vulneráveis - Orientações para a Ação Pastoral*. Arquidiocese de Porto Alegre – PA, 2021.

VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium Et Spes (GS): sobre a igreja no mundo actual*. 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html). Acesso em: 30 mar. 2022.

VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium (LG): sobre a igreja*. 1964. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html). Acesso em: 30 mar. 2022.



WAHID SATAR, S. N. A. et al. Predisposing Factors and Impact of Child Victimization: A Qualitative Study. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 18, 2021.

RECEBIDO: 04/04/2022

APROVADO: 23/04/2022

*RECEIVED: 04/04/2022*

*APPROVED: 04/23/2022*